

Para Lourenço, acordo vai sair

“Caminhamos serenamente para o entendimento. Isto só depende, agora, da boa vontade de ambas as partes”. Tranquilo e descontraído, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, definiu o nível de negociações atingido entre o Partido da Frente Liberal e o PMDB durante o carnaval. Ele admitiu, no entanto, que os dois lados “devem se despir de posturas inflexíveis” e afirmou não abrir mão do funcionamento da Câmara pelo menos em duas sessões semanais a serem acertadas em conjunto com todos os partidos.

Um dos raros constituintes presentes ao Congresso Nacional na tarde da quarta-feira de cinzas, José Lourenço recebeu todos os jornalistas que procuraram a liderança do PFL, para falar do grau de entendimento com o PMDB. Não faltou ao seu gabinete, também, o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto que pretende levar a plenário a sugestão de “pedido de verificação de votos para cada destaque do Regimento Interno da Constituinte”. Para o líder do PFL, se esta proposta for acatada, a votação se estenderá “pelos próximos 90 dias”.

O Regimento Interno deve estar pronto na próxima semana, segundo previsões de José Lourenço. O que precisa ser discutido amplamente, ainda, é a questão que tomou conta das reuniões do PMDB e do PFL durante o carnaval, que diz respeito ao funcionamento da Câmara e do Senado paralelamente aos trabalhos da Constituinte.

— Não defendemos o trabalho normal da Câmara. O PFL reconhece o privilégio da Constituinte, que é

realmente mais importante nesta fase. Mas temos que tomar nosso caminho, inclusive seguindo a posição do Senado, obedecendo os preceitos Constitucionais. E isto que vamos colocar para o PMDB, para o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Existem projetos que dependem de nossa decisão, várias mensagens presidenciais e outras matérias que requerem a apreciação dos

PMDB crê no entendimento

Florianópolis (Suncursal) — O líder do PMDB na Câmara, o catarinense Luis Henrique da Silveira, passou o carnaval nas praias do Balneário Camboriú e ontem viajou para Joinville. Ele disse ao **CORREIO BRAZILIENSE** acreditar em um novo entendimento entre todos os partidos para a aprovação do regimento da Assembleia Nacional Constituinte e definiu a emenda do deputado pernambucano, Murilo Ferreira Lima, como um “achado”.

A emenda do deputado pernambucano permite alterar a Constituição por maioria absoluta e está sendo chamada de divisor de águas desta legislatura. Luis Henrique está confiante que segunda-feira todos os deputados peemedebistas estarão de volta a Brasília para cumprir seus papéis. O líder embarca para a Capital Federal e passará o final de semana aprimorando os entendimentos para a aprovação da emenda do deputado pernambucano.

deputados. Por que então não estabelecer duas sessões semanais da Câmara para estas resoluções? coloca José Lourenço.

Enquanto acredita no entendimento com o PMDB, ele espera a volta dos constituintes para continuar o debate em torno das várias questões que ainda se constituem em pontos de confronto entre os dois partidos. O PFL propõe a expressão “salvaguardar” no texto do relator Fernando Henrique Cardoso, no artigo referente aos Projetos de Decisões do Regimento Interno. O partido quer ainda, em relação à participação dos constituintes nas Comissões, a votação por maioria absoluta (e não por maioria simples) dos membros da Assembleia, “como é no plenário”, ressalta José Lourenço.

O líder do PFL afirma também que o artigo que dispõe sobre o “referendum popular” não se justifica. “Se o povo ao ser consultado, não aprovar o texto da nova Carta o PFL exige que a Constituinte seja destituída e outra eleição seja convocada”, diz José Lourenço. “Se não fizermos o que o povo gosta, então não representamos esta população”, acrescenta.

Ao mesmo tempo, o constituinte diz ser contra a proposta de apresentação de emendas pela representação de 30 mil assinaturas. Para ele, esta medida estaria privilegiando segmentos da sociedade, em detrimento do cidadão. “E aquelas cidades com menos de 30 mil habitantes? Não vão poder se pronunciar”, lembra. “O que queremos ao defender esta posição é o exercício da cidadania. Para nós, qualquer cidadão particularmente pode propor emendas”, conclui.